

Representações da gravidez e do parto na imprensa feminina portuguesa: o caso da revista *Modas & Bordados* entre 1960 e 1977

Dulce Morgado Neves¹

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Lisboa, Portugal

• RESUMO

Modas & Bordados é o título de uma publicação dirigida ao público feminino, que atravessou uma grande parte do século XX Português. Nascida como suplemento do jornal *O Século*, em 1912, esta revista acompanhou importantes mudanças da sociedade portuguesa, refletindo transformações nos ideários e nas condições de vida das mulheres no país.

Ao longo dos tempos, a par de conselhos de moda, culinária, saúde e beleza, os debates sobre a condição social das mulheres e assuntos políticos foram ganhando uma crescente relevância na publicação, fazendo desta revista semanal um baluarte da intervenção e das reivindicações femininas da época.

Neste texto vamos abordar o lugar que, na *Modas & Bordados*, foi estando reservado aos temas da gravidez, do parto e do cuidado das crianças, no período entre 1960 e 1977. Na impossibilidade de abarcar todo o tempo de atividade da publicação (e os seus mais de três milhares de números), optámos por centrar a análise nas décadas de 1960 e 1970, para tentar perceber de que forma a evolução das representações sobre gravidez e parto pode ser refratária das intensas transformações ocorridas na sociedade portuguesa nos períodos que antecederam e se seguiram à Revolução de Abril de 1974.

Palavras-chave: Revista *Modas & Bordados*, Gravidez, Parto

¹ O processo de consulta dos arquivos decorreu durante o mês Julho de 2020 na Biblioteca Nacional, em Lisboa. A coleta dos dados foi realizada por mim e pela aluna da Licenciatura em Antropologia do ISCTE-IUL, Ana Margarida Guerra, a quem agradeço a dedicação e o rigor depositados neste trabalho.

• INTRODUÇÃO

Modas & Bordados (M&B) foi uma revista portuguesa dirigida ao público feminino, publicada entre 1912 e 1977. Nascida como suplemento do jornal *O Século* durante a Primeira República, esta publicação viria a atravessar todo o período do Estado Novo, a acompanhar a Revolução de 1974 e a testemunhar a exaltação dos tempos que se lhe seguiram.

Com Maria Lamas na sua direção entre 1928 e 1947, a M&B - entretanto, denominada de *Modas & Bordados: vida feminina* - ganhou notoriedade social, inspirou a criação de movimentos culturais femininos e tornou-se uma publicação autónoma.

Neste texto vamos abordar o lugar que, na M&B, foi estando reservado aos temas da gravidez, do parto e do cuidado das crianças, no período entre 1960 e 1977. A escolha desta revista prende-se com o facto de esta ser já uma publicação abordada em diversos trabalhos (e.g. Freire, 2016, 2019) e de, por isso, termos consciência do valioso espólio de informação nela contida sobre o *mundus vivendi* feminino em Portugal. Partimos, assim, para a pesquisa, convictos de que também sobre gravidez, parto e cuidado dos filhos encontraríamos conteúdos para sustentar uma análise das representações sobre tais eventos da maternidade.

Por seu lado, na impossibilidade de abarcar todo o tempo de atividade da M&B, a escolha do período 1960-1977 prendeu-se com o interesse em ver refletidas transformações sociais mais abrangentes (como aquelas que contribuíram ou que derivaram da Revolução de 1974) numa eventual evolução dos discursos em torno da maternidade e do nascimento.

Como afirma Freire (2016), pese embora o 25 de Abril de 1974 seja o detonador de uma viragem social profunda no país, a mudança que se dá na vida íntima e privada dos Portugueses tem raízes que remontam aos finais da década de 1950 e princípios de 1960, daí que, na necessidade de escolher um ponto de partida para a análise, se tenha optado por recuar a 1960.

Em 1960, a revista M&B era dirigida por Etelvina Lopes de Almeida – a pessoa que havia sucedido a Maria Lamas na direção da revista em 1947 e que iria permanecer como diretora por mais 20 anos, até 1967, quando é afastada por motivos políticos. Com a Revolução de 25 de Abril de 1974, Maria Antónia Fiadeiro assume a chefia da redação e

convida Maria Lamas a regressar à M&B como diretora honorária, num gesto de “reparação moral e política” pelo afastamento da ex-diretora (Freire, 2019).

Nesta altura, de forma ajustar-se melhor aos conteúdos publicados, a revista passa a denominar-se *Mulher, Modas e Bordados*.

Em termos da metodologia deste trabalho, a análise dos arquivos teve em conta, por um lado, propostas da análise documental em pesquisas históricas e, por outro, procedimentos da análise de conteúdo na pesquisa etnográfica (Silverman, 2017).

A consulta dos documentos respeitou a ordem cronológica da sua publicação e a identificação de cada conteúdo foi feita seguindo as seguintes categorias: Identificação do catálogo (Volume e Número da revista); Data de publicação; Tema da peça (Gravidez; Parto; Pós-parto; Cuidado dos Filhos; Saúde Reprodutiva; Outro); Título; Género (Notícia; Reportagem; Comentário, Análise; Opinião; História/Conto; Biografia; Correio; Publicidade/Anúncio; Outro); Tamanho/Destaque da Peça (Entrada; meia página; 1 Página; 1-2 Página; +2 páginas; Capa); Resumo; Excerto ou descrição de imagem.

Somada a estas, foi ainda introduzida uma outra categoria de análise relativa a conceitos ou propostas teóricas: Conceito/Teoria. A inclusão desta última categoria de análise resultou da adaptação de um elemento comum das grelhas de observação em pesquisa etnográfica, desta vez, transposto para a análise documental. Esta opção permitiu ir identificando elementos para a problematização do objeto de pesquisa, à medida que os conteúdos iam sendo colhidos.

Assim, para cada ano de publicação, foi criada uma grelha de análise, na qual foram sendo adicionados, um por um, os dados de caracterização do artigo, peça ou notícia em análise.

A delimitação do objeto de pesquisa e dos conteúdos a rastrear não foi um processo sempre simples e definitivo. A organização dos conteúdos em seis variáveis temáticas (Temas da peça), tendo sido útil para contextualizar as representações da gravidez e do parto em eventos e processos sociais mais abrangentes, nem sempre conseguiu evitar o ímpeto de recolher elementos tangentes mas não totalmente correspondentes ao objeto de estudo, levando por vezes a alguns desvios de atenção face aos objetivos da pesquisa.

No total foram consultados mais de 760 números da revista M&B, tendo sido analisadas mais de duas centenas de conteúdos, entre notícias, reportagens, comentários, artigos de opinião, anúncios de publicidade, etc.

Dentro do período de tempo em análise, o ano em que mais se publicou sobre assuntos relacionados com gravidez e/ou parto foi 1976, contabilizando-se um total de 61 entradas relativas a gravidez, preparação para o parto, trabalho de parto, parto, saúde reprodutiva, direitos sociais na parentalidade, cuidado das crianças, aborto, contraceção, igualdade entre homens e mulheres na parentalidade, etc.

Pela sua extensão, a quantidade de conteúdos recolhidos permitiria enveredar por uma abordagem meramente quantitativa, de contabilização do número artigos por temas e por anos. Essa perspectiva seria interessante para reconhecer, com objetividade, padrões de evolução nas representações da gravidez e do parto na revista. Contudo, e sem prejuízo de também se identificarem tendências e caracterizar, por temas, aquela que foi a agenda mediática da revista em matéria gravidez e parto no período entre 1960 e 1977, neste caso, a análise vem privilegiar uma abordagem de pendor mais qualitativo, atenta às dimensões substantivas e simbólicas dos discursos, palavras e imagens recolhidas.

• DESENVOLVIMENTO

Desde o início da década de 1960 que os conteúdos sobre gravidez, parto e cuidados do recém-nascido são diversos e frequentes na M&B. Nesta secção, olhamos para os conteúdos recolhidos sem a pretensão de querer traçar, de forma linear, a evolução da agenda editorial da revista, mas partindo do princípio de que, em cada tempo social, coexistem discursos diversos e por vezes conflituantes, nomeadamente sobre o exercício da maternidade e do cuidado.

Assim, em vez de dispostos num contínuo temporal, os dados são integrados numa análise temática, resultante de um compromisso entre a preservação da riqueza substantiva dos conteúdos recolhidos e a necessária inteligibilidade da sua apresentação. Concretamente, esta análise vem propor ao leitor o contacto com os dados, por via da sua organização em quatro domínios temáticos: “*Os perigos estéticos*” da maternidade; A crença na ciência e o poder dos especialistas; A psicologia humana: o bebé, a mãe, o vínculo e a culpa e; Parto sem dor, parto preparado.

“Os perigos estéticos” da maternidade

O cuidado com a aparência e os desafios que a gravidez acarreta a esse nível foram um tópico frequente na revista durante a década de 1960 e na primeira metade da década de 1970. Artigos sobre as roupas que mais podem favorecer a mulher grávida, a vigilância da alimentação e o controlo do peso são dos conteúdos mais frequentes nas peças dirigidas às leitoras grávidas.

O primeiro artigo que encontramos relacionado com gravidez na M&B, publicado a 6 de janeiro de 1960, pode ser um bom exemplo disto mesmo. Sob o título “*A Beleza das Mamães*”, esta rúbrica informativa falava de cuidados alimentares a ter durante a gravidez, explicando às futuras mães “*como se alimentarem sem prejudicar o bebé nem a sua linha*” e advertindo-as de que “*comer por dois não significa comer como dois*”.

De facto, a beleza feminina era, na década de 1960, um dos temas mais abordados na revista M&B, sendo a aparência e a corporalidade femininas alvos de grande controle e vigilância. Por essa altura, somavam-se as cartas das leitoras que recorriam à revista em busca de conselhos de beleza e não havia uma edição que não tratasse da importância de cuidar da aparência, da etiqueta e esmero femininos. O cuidado com rosto e com o corpo, a publicidade a produtos de beleza inovadores e infalíveis, os desfiles de moda e os modelos da tendência para a confeção de roupa ocupavam muitas páginas da M&B na década de 1960. Neste quadro, não é de estranhar que também a gravidez e o cuidado dos filhos fossem abordados como eventos da vida das mulheres que desafiavam o cumprimento dos exigentes padrões de beleza e graciosidade a que toda a mulher deveria aspirar. “*A futura mamã não se deve comportar como se fosse a primeira mulher do mundo nessas condições (...) esteja sempre bonita, bem penteada e maquilhada (...) seu marido sentir-se-á ainda mais feliz.*”, lia-se numa edição de 1960.

Também numa peça de 1963, intitulada “*Para as Mamães*”, três mensagens captavam a atenção das leitoras: “*Lute contra os perigos estéticos da gravidez*”, “*Previna os vergões*” e “*Impeça a queda dos seios e conserve a beleza do ventre*”.

No mesmo ano, um outro artigo, intitulado “*Três dicas estéticas na gravidez: conservar aparência da pele, seios e ventre*”, falava da importância da “*ginástica post maternal*”, “*o seu penteado*” e “*os cuidados*” para estar atraente no pós-parto. E, em 1967, numa rúbrica informativa dirigida à mulher grávida, perguntava-se: “*Faz ginástica radicada pelo seu médico para facilitar o parto e defender a sua silhueta? Vigia a alimentação, o*

peso? Aplica um creme antivergões sobre o ventre e os seios? Em que pensar mais, agora que o momento se aproxima?".

À medida que se entra na década seguinte e os ecos da revolução social protagonizada pelo movimento juvenil além-fronteiras se fazem sentir, as normas associadas à aparência e à estética transformam-se radicalmente. Na revista, os discursos sacrificiais que fazem o apanágio à disciplina e à contenção dão progressivamente lugar a mensagens capacitação e agência da mulher, da mãe e da grávida. Continuando a prestar atenção às tendências de roupa, em 1974 a M&B dedica um dos habituais separadores de moda às “futuras mamãs” (figura 1). A estética rompe com os cânones anteriormente preconizados e os modelos de fatos e vestidos para grávidas espelham agora a “mulher moderna”, que já não tem de dissimular o seu estado, “*como uma doença*”.

Figura 1

A crença na ciência e o poder dos especialistas

Outro aspeto que caracteriza, em definitivo, os conteúdos da M&B no período em análise é a confiança no progresso científico e tecnológico da sociedade.

A intervenção da ciência e dos especialistas (obstetras, enfermeiras parteiras, psicólogos, pedagogos, etc.) nos eventos da maternidade e do cuidado infantil retroalimentou-se de efeitos da modernização das sociedades, no sentido em que a transmissão de aprendizagens e conhecimentos, tal como ocorria nas comunidades mais tradicionais e gregárias, deixou de ser possível no contexto da individualização e de privatização da vida familiar (Olmo, 2013; Neves, 2013). Com efeito, em poucas gerações, a intervenção dos especialistas no campo da maternidade passou a ser uma ingerência legitimada socialmente, marcando a distinção entre modernidade e tradição e, em última análise, entre um progresso esperado e um passado a que não se quer regressar.

No conjunto de artigos da M&B analisados sobre gravidez, parto e cuidado dos filhos, muitos são aqueles que ilustram esta cultura de confiança nos avanços científicos e tecnológicos que, por aquela altura, caracterizaria algumas sociedades ocidentais. Na representação moderna dos eventos da maternidade, esta constitui-se como lócus da ingerência da ciência e da medicina, sendo o corpo da mulher grávida, o bebé e a relação

mãe-filho mistérios a ser desvendados (e regulados) pelo saber científico e as suas pericialidades.

Em 1961, publicava-se um pequeno artigo, “*Menino ou Menina?*”, sobre métodos de deteção do sexo do bebé na gravidez (figura 2). Dizia-se que a “*ciência moderna*” conseguia, através de um engenhoso método envolvendo experiências com escamas de peixe, assegurar “*um diagnóstico com cerca de 90% de probabilidade de exatidão*”.

Figura 2

O controlo da reprodução seria até ao início da década de 1960 uma questão social premente. Note-se que, em Portugal, a pílula contraceptiva começou a ser vendida em farmácias só em 1962 e que, para a sua aquisição, era necessária uma justificação médica que certificava a finalidade de regulação do ciclo menstrual da mulher (Policarpo, 2011). Mas já muito antes disso - em rigor, desde o início da sua publicação, em 1912 - que encontramos na revista publicidade a produtos com a função de regulação dos “*distúrbios da menstruação*”. Em 1961, por exemplo, sob o título “*A Ciência ao serviço da mulher moderna*”, um anúncio publicitário ia mais longe, prometendo à leitora a “*tranquilidade conjugal*” e a oportunidade para escolher “*ter ou NÃO os seus filhos*”, através de um método baseado em “*célebres teorias genéticas*” (figura 3).

Figura 3

De facto, muitos conteúdos sobre descobertas científicas na saúde vão sendo divulgados nesta publicação nas décadas de 1960 e 1970. Somam-se, neste âmbito, artigos informativos, de carácter médico e científico, sobre, por exemplo, desenvolvimento fetal, patologias na gravidez, cesariana, esterilidade, doenças infantis, doenças sexualmente transmissíveis e, mais tarde, contraceção.

Também o comportamento do bebé e a necessidade da sua formatação precoce constituíram tema recorrente de artigos. Neste contexto, como vimos, de legitimação social da intervenção de especialistas sobre os mais variados domínios da vida pessoal e familiar, as recomendações dos pediatras pautavam-se por regras rígidas, cujo objetivo primordial residia numa espécie de programação dos bebés. Nesse sentido, a alimentação, o sono e a sua autonomia deviam ser regulados segundo padrões comportamentais e horários bem definidos.

É interessante, por exemplo, observar como o choro do bebé merece, na publicação, vários artigos que procuram ensinar as mães a distinguir as motivações do choro dos seus filhos e, em função disso, lhes dão pautas de atuação com advertências para não ceder a “caprichos”: *“Se lhes resistimos nesta altura, tornar-se-ão adultos impossíveis”*, lia-se numa peça em 1960.

Mais tarde, em 1972, um artigo intitulado *“O Choro da Noite”* reunia as explicações do pediatra francês, Dr. Guerinau, sobre razões do choro do recém-nascido e dava dicas às mães de bebés para melhor lidarem com as noites mal dormidas, nomeadamente aconselhando-as a *“resistir à tentação de pegar sempre ao colo”*.

As instruções para o cuidado dos bebés eram precisas e, claro está, baseadas nas recomendações de *“reputados especialistas”*. Também sobre o momento do banho, dizia-se em 1960: *“O bebé deve ser banhado todos os dias durante o primeiro ano, dê banho cerca das 9h da manhã (...). O banho deve durar 5 a sete minutos (...).”*

No que concerne às normas de aleitamento dos bebés, ao longo dos quase 17 anos compreendidos por esta pesquisa, encontramos alguns conteúdos sobre amamentação que, nas suas diferenças, são consensuais no reconhecimento das vantagens do leite materno, por comparação com o leite de fórmula, para a saúde e bem-estar do bebé. Por exemplo, em 1960, o artigo *“O problema do desmame”* reforçava as virtudes da amamentação, não só pelo valor alimentar do leite materno mas também pela sua prática poder reforçar o vínculo entre a mãe e o bebé. Sobre o processo de desmame, aconselhava-se a que este fosse progressivo, sendo a figura do médico pediatra assumida como autoridade legítima para determinar o período em que o aleitamento deveria passar a misto: *“Quando a altura chega, a mãe deve saber, para bem do seu filho, renunciar progressivamente a amamentá-lo.”*

Já em 1976, a revista dedicava espaço à divulgação das recomendações da Sociedade Portuguesa de Pediatria, no decorrer da realização de dois simpósios sobre alimentação infantil. Entre as recomendações constava o seguinte:

“Consagração do aleitamento materno como forma superior de alimentação da criança, pelo menos durante os primeiros três meses de vida (...) não só pelas suas reconhecidas vantagens na promoção da saúde e prevenção de doenças, mas também por mais adequada ao desenvolvimento da personalidade, pelo

estabelecimento da relação profunda mãe-filho e uma melhor integração na sociedade".

Num contexto de particular atenção às condições sociais e políticas para a concretização dos projetos e direitos individuais e coletivos, concluía-se: *"Assim, tal alimentação é recomendada como exclusiva durante os três primeiros meses de vida, aproveitando, em favor da criança, o Decreto-lei 112/76, o decreto da licença de maternidade."*

A psicologia humana: o bebé, a mãe, o vínculo e a culpa

Sem perder de vista o processo de legitimação social dos saberes médicos e esta confiança inabalável na ciência, outra questão central das abordagens da maternidade na M&B prende-se com a atribuição de uma responsabilidade quase exclusiva à mãe pelo saudável desenvolvimento do seu filho. Na construção deste discurso intervêm, de forma particularmente marcada, as descobertas e as evidências reunidas por psicoterapeutas.

Se, por um lado, o reconhecimento da importância do vínculo afetivo entre a mãe e o bebé parece contribuir para atenuar as pautas rígidas que regulavam as práticas de cuidado dos filhos (no sentido em que traz à luz uma conceção mais holística e subjetiva do bem-estar e do desenvolvimento de bebés e crianças), por outro, o determinismo com que se deriva do comportamento materno o sucesso ou insucesso dos filhos é reveladora de uma dimensão altamente normativa e até punitiva que continua implícita ao papel de mãe.

Em 1962, um artigo da rubrica *"Na Escola de Pais"* reforçava a importância do vínculo no desenvolvimento e temperamento da criança e na determinação da sua personalidade. Recorrendo a *"provas flagrantes"* da psicoterapia moderna, alertava as leitoras para os perigos da ausência das mães trabalhadoras: *"A cama molhada é, muitas vezes, uma reação da criança privada de amor materno. Inconscientemente, tenta conseguir que a mãe se ocupe mais dele"*. O amor maternal seria, então, essencial, sobretudo aos filhos-rapazes, sendo a sua ausência justificativa de traços de personalidade considerados desviantes:

"Todos os homens, sem o saber, escolhem a mulher à imagem da mãe. E se ela não cumpriu o seu dever essencial (...) haverá todas as probabilidades para que o filho não se interesse por mulheres. (...) A homossexualidade [resulta de] graves faltas ou carências de educação".

Deste modo, *"a mãe é a chave do destino do seu filho"*, concluía-se.

Também em 1969, a revista publicava um conteúdo sobre *"As profundas relações entre o filho e a mãe"*. Partindo dos contributos da psicanálise, nomeadamente de Freud e Jung, um artigo resumia as principais teorias sobre desenvolvimento psíquico da criança, sobretudo a partir da relação com os pais/cuidadores. Tocando em temas como *"o complexo de Édipo"* ou *"a nostalgia da vida pré-natal"*, exaltava-se o papel da psicanálise na resolução de problemas derivados de relação experimentada entre mãe e filho: *"Na calma do gabinete, todo o trabalho do psicanalista, quando descobre uma inquietação com esta origem, consiste em ajudar a ultrapassar a sua experiência pessoal e a encontrar em si a imagem da grande mãe do inconsciente coletivo."*

Parto sem dor, parto preparado.

Na primeira metade do Século XX, com o desenvolvimento da assistência hospitalar e o progresso biomédico, assistiu-se a uma intensificação da medicalização do parto em vários países europeus, da qual Portugal não terá sido exceção (Pintassilgo, S., 2014).

Na origem daquilo que viria a ser uma contracorrente face ao modelo dominante de assistência ao parto, em 1951, o obstetra francês Fernand Lamaze visitou a União Soviética onde teve pela primeira vez contacto com o método psicoprofilático no nascimento. Baseada na teoria da resposta condicionada de Pavlov, a psicoprofilaxia no parto é um método que procura eliminar a dor por meio da educação sobre o processo fisiológico do trabalho de parto e do parto, através de técnicas de relaxamento e respiração.

Convicto de que as dores experimentadas pelas mulheres não eram um problema inerente ao processo de parturição, mas uma consequência do despreparo corporal e psíquico da parturiente (Ayres, 2019), na década de 1950, Lamaze instituiu em França o método que ficou conhecido por *parto sem dor* e que haveria de se estender a muitas outras partes do mundo.

Os primeiros artigos que encontramos na M&B sobre este método remontam a 1960² e são assinados pelo Dr. Pablo Carrizo Plá. No primeiro, *“Parto sem Dor”*, descreve-se o método e anuncia-se a sua emergência em Portugal (figura 4). Sem referir o legado de Lamaze nem detalhar pormenores sobre o acesso das grávidas e parturientes a este modelo em Portugal, a peça refere genericamente que este tipo de parto é *“aconselhado pela maioria dos médicos”* e *“praticado por milhares de futuras mães”*.

Figura 4

No segundo artigo, *“Partos sem dor - Um tratamento que actua no plano psíquico”*, escrito sobre a forma de diálogo, uma paciente esclarece dúvidas junto do seu médico sobre profilaxia da dor de parto, reforçando-se a ideia de que *“a dor tem uma causa primitivamente psíquica”*, a qual só poderá ser combatida através do reconhecimento, por parte da mulher, da fisiologia do parto e da sua preparação para aquele momento:

“A dor previne-se combatendo o temor. E não há melhor método do que explicar à futura mãe, da forma mais exaustiva e completa possível o que ocorre no seu organismo durante a gravidez e em que consiste fisiologicamente falando o parto. Nada se teme tanto como o que se ignora”.

Depois da republicação deste último artigo em 1962, temos de esperar até 1975, para voltar a encontrar na revista novos conteúdos sobre o parto sem dor. Na edição da revista cujo editorial celebrava o primeiro aniversário da Revolução, um artigo intitulado *“O Parto sem dor existe”* (figura 5) faz recomendações sobre os cuidados a ter e as consultas pré-natais, reforçando a ideia do nascimento como momento de alegria para a mulher. Nesta peça renova-se a confiança nos avanços da medicina e na preparação das mulheres para contrariar os *“ancestrais terrores”* da dor no parto: *“Conhece a prática do parto sem dor? É um método ainda pouco conhecido, mas que começou já a ser praticado regularmente nos grandes centros hospitalares.”*

Figura 5

Na edição de março de 1976, a revista traduz o prefácio do livro *“Parto sem Dor”*, de Lamaze, e meses mais tarde, uma caixa de destaque na rúbrica *“A palavra às leitoras”*,

² Desconhecemos se em anos anteriores ao período analisado este tema já teria sido abordado na revista.

é anunciada uma futura publicação (dossier) dedicada ao método psicoprofilático do parto, que ficaria a cargo da jornalista Hortense de Almeida.

A partir daí e até ao fim da publicação da M&B, em fevereiro de 1977, muitos foram os conteúdos publicados sobre o parto sem dor ou, como era chamado na revista, o “*parto preparado*”. Assim, em agosto de 1976, é publicado o primeiro número do dossier “*Parto Preparado*” dedicado aos pioneiros do método em Portugal. A peça era então constituída por um depoimento extenso da fisioterapeuta obstétrica Graça Mexia, com várias informações sobre “*parto preparado e parto controlado*”, os médicos percursores do método em Portugal (os médicos obstetras Pedro Monjardino e Cesina Bermudes e o psiquiatra Seabra Dinis) e ainda as resistências que durante 20 anos se impuseram à implementação do método no país, quer pelo Regime, quer pelas instituições de ensino da medicina, ou pela Igreja Católica: “*No nosso país, houve um longo período em que tudo foi desfavorável ao parto preparado (...). Houve ao mesmo tempo uma autêntica perseguição às sessões de divulgação do método*”, comentava Graça Mexia.

Na edição do segundo número do dossier “*Parto Preparado*”, o tema faz capa na revista: “*Razões do parto doloroso*”. Em quatro páginas, um novo depoimento de Graça Mexia, recolhido por Hortense de Almeida, remete para as diferenças culturais na perceção das experiências do parto e defende a oficialização do método psicoprofilático do parto em Portugal, como forma de o tornar acessível a todas as mulheres.

No dia 8 de setembro de 1976, a publicação do dossier número 4 continha uma explicação das três fases que constituem a preparação para o parto, explorando em detalhe a 1ª fase: “*condicionamento e descondicionamento*” (figura 6). Nas quatro páginas que compõem este número são publicadas imagens de partos reais (figuras 7 e 8) e é partilhado um relato de parto, da autoria de uma mulher que havia sido assistida pela Dra. Cesina Bermudes, seguindo o método de parto preparado.

Figura 6

Figura 7 e Figura 8

Depois deste, outros dossiers sobre “*Parto Preparado*” se seguiram (foram publicados pelo menos 12), mas este número foi particularmente importante porque ele foi o detonador de um debate, que se estendeu até 1977, na rúbrica de correspondência “*A*

palavra das leitoras”, entre as reações de elogio pelo conhecimento partilhado e as de repúdio pelas imagens publicadas, consideradas “*indecentes*” e “*pornográficas*”.

Para além dos artigos integrantes do dossier “*Parto Preparado*”, vários outros conteúdos sobre parto sem dor foram sendo publicados até à extinção da revista. Na edição de 11 de novembro de 1976, foi publicada uma entrevista por Teresa Maria a Cesina Bermudes em cujo cabeçalho se lia: “*É justo que todas as mulheres do seu país lhe estejam gratas por todo o seu esforço desinteressado, durante uma vida inteira, em prol do alívio e da consciencialização da mulher que dá à luz*”. Em edições seguintes, seguiu-se a publicação de relatos de partos, cedidos pela Dra. Cesina Bermudes à M&B, de mulheres que haviam sido por si assistidas ainda nas décadas de 1950 e 1960, e que descreviam experiências de parto muito satisfatórias.

Depois de largos anos de silêncio relativamente ao parto sem dor, após a Revolução de 25 de Abril de 1974, este método de nascimento entrou definitivamente na agenda da revista e o assunto revestiu-se de importância política, com as reivindicações pelo reconhecimento do *parto preparado* como método oficial de assistência ao nascimento em Portugal. Na última edição de 1976, em resposta às muitas solicitações das leitoras, a revista reuniu e divulgou a lista de médicos que assistiam, naquele momento, o parto segundo o método psicoprofilático em Portugal e os locais, em Lisboa, onde se realizavam os cursos de preparação para o nascimento.

- CONCLUSÃO

Desta breve análise às representações da gravidez e do parto na M&B, algumas pistas se abrem sobre o tempo social em que foram sendo produzidas as notícias. Olhámos para os conteúdos recolhidos privilegiando mais a sua relação com fenómenos abrangentes da sociedade portuguesa do que a sua inscrição definitiva num contínuo cronológico. Neste caminho, sai reforçada a relevância das décadas de 1960 e 1970 na incubação de grandes transformações que contribuíram para a aproximar Portugal do padrão social e cultural de outros países europeus.

Reforçada fica também a importância da M&B, enquanto publicação de referência na imprensa periódica feminina do século XX. Pela sua longevidade (1912-1977), pela sua capacidade de adaptação às mudanças sociais e de resistir “*a ações de intimidação*

política” (Guimarães, 2008, cit. Freire, 2019), a M&B foi testemunha de uma grande parte da história do século XX Português, constituindo um acervo informativo de grande valor, a partir do qual se continua a produzir conhecimento e a refletir sobre as condições sociais, o *mundus vivendi*, os protagonismos e aspirações das mulheres em Portugal.

Mas muito fica por dizer, desde logo, por motivos de economia de espaço. Ficam de fora desta análise questões interessantes como a profissionalização da assistência ao nascimento, as normas de educação das crianças, as funções sociais da maternidade e a expectativa da sua inevitabilidade na vida das mulheres. Num período de intensa politização dos assuntos relativos à vida privada e à família, fica também por contar o lugar destacadíssimo que o planeamento familiar, a contraceção e o aborto mereceram nos últimos anos de publicação da revista, assim como as discussões trazidas à luz sobre a “Lei da Família”, os direitos das mães trabalhadoras e a proteção das mães solteiras. Afinal, o pessoal é político e o materno também.

Ainda no domínio das ausências, uma última nota para aquela que é, porventura, a maior delas todas: a dos homens. Os homens/pais são os grandes ausentes desta análise, muito embora, desta vez, não por uma questão de economia de espaço. A ausência dos homens nesta análise deriva da sua invisibilidade original, isto é, da sua quase inexpressão nos conteúdos sobre maternidade e filhos publicados na revista. De facto, foi preciso esperar até 1972 para encontrarmos um artigo sobre o papel dos pais homens na M&B. Até então, a extensa produção de conteúdos sobre gravidez, nascimento ou responsabilidades parentais era dirigida exclusivamente às mulheres, sendo as mães tidas como depositárias exclusivas do dom e da obrigação de criar. Na década de 1970 e, em particular, nos últimos anos de edição da revista, alguns artigos resgataram a figura do pai, fazendo a apologia de uma paternidade responsável e comprometida, destacando o seu papel na contraceção e reclamando-o no cumprimento dos deveres parentais. Também nos conteúdos sobre o método do parto sem dor se remeteu para o papel dos homens no processo e se defendeu uma abordagem inclusiva dos pais na preparação do nascimento dos seus filhos. Mas é efetivamente diminuto o lugar que, de uma maneira geral, está reservado aos homens na representação dos fenómenos como a gravidez, o parto e, mais surpreendente ainda, do cuidado e a educação das crianças. Trata-se, sem dúvida, de uma ausência significativa para pensar as mudanças que ocorreram desde então e aquelas que, em termos da igualdade entre homens e mulheres, ainda queremos projetar.

Bibliografia

Agostinho, Andreia (2007), “A sociedade feminina do século XX vista através de Modas & Bordados”, em *Revista JJ – Jornalismo e Jornalistas*, nº30, pp.54-64

Ayres, Lilian *et al.* (2019) “Métodos de preparação para o parto: um estudo sobre materiais impressos publicados no Brasil em meados do século XX”, em *História, Ciências, Saúde*, Vol.26 nº1, pp.53-70.

Freire, Isabel (2016), *A intimidade afetiva e sexual na imprensa em Portugal (1968-1978)*, Tese de Doutoramento em Sociologia, Especialidade de Sociologia da Cultura, Comunicação e Estilos de Vida, ICS-IUL, policopiado.

Freire, Isabel (2019), “Discursos sobre emancipação das mulheres e feminismos na Modas & Bordados, no pré e pós-revolução dos Cravos”, in *Faces de Eva*, nº42, pp. 85-52.

Neves, Dulce M. (2013), *Intimidade e Vida Sexual: mudanças e continuidades numa perspetiva de género e geração*, Tese de Doutoramento em Sociologia, ISCTE-IUL, policopiado.

Pintassilgo, Sónia C. (2014), *O Risco e as Condições Sociais e Assistenciais da Maternidade em Portugal*, Tese de Doutoramento em Sociologia, ISCTE-IUL, policopiado.

Policarpo, Verónica (2011), “Sexualidades em Construção, entre o privado e o público”, em Ana Nunes de Almeida (org.), *História da vida privada em Portugal: os nossos dias*, Lisboa: Círculo de Leitores.

Silverman, David (2019), *Doing qualitative research*, Sage: Thousand Oaks.